



A SUBJUGAÇÃO DOS ANIMAIS NAS RELAÇÕES SOCIAIS E NAS RELAÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO NO MODO CAPITALISTA

THE SUBJUGATION OF ANIMALS IN SOCIAL RELATIONS AND TECHNICAL RELATIONS OF PRODUCTION IN CAPITALIST MODE

DOI:

Luzia de Kassia Rocha de Souza¹

Doutoranda em Geografia pela Universidade
Federal da Grande Dourados

EMAIL: luziakrs@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6061-0893>

RESUMO: O objetivo central deste trabalho é explanar como a crueldade contra os animais de produção converge na acumulação capitalista. Construído a partir de pesquisa bibliográfica, o artigo reflete sobre a prevalência do antropocentrismo nas relações sociais de produção e sobre a subjugação especista nas relações técnicas de produção. Nesse sentido, é possível inferir que a crueldade contra os animais, no modo de produção capitalista, resulta da produção em ampla escala para a acumulação capitalista. Explana-se que a produção em ampla escala é possibilitada pela tecnologia aplicada na ampliação dos meios de produção, impulsionando a demanda exacerbada por matéria-prima (que são os animais abatidos), transformada em mercadoria no processo de produção capitalista. Sendo assim, quanto maior a demanda por matéria-prima, maior é a densidade de animais vivos no trânsito, confinados, mutilados, com hematomas, ferimentos, ossos quebrados, em sofrimento e abatidos. Portanto, a crueldade contra os animais faz parte do processo de acumulação capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Acumulação capitalista; crueldade; senciência.

ABSTRACT: The central objective of this work is to explain how cruelty against production animals converges in capitalist accumulation. Built from bibliographical research, the article reflects on the prevalence of anthropocentrism in social relations of production and on the specist subjugation in technical relations of production. In this sense, it is possible to infer that cruelty against animals in the capitalist mode of production results from large-scale production for capital accumulation. It is explained that large-scale production is made possible by the technology applied in the expansion of the means of production, driving the demand exacerbated by raw materials (which are the beaten animals) transformed into merchandise in the capitalist production process. Thus, the higher the demand for raw material, the greater the density of live animals in transit, confined, mutilated, with bruises, injuries, broken bones, suffering and slaughtered. Therefore, cruelty to animals is part of the process of capital accumulation.

KEYWORDS: Capitalist accumulation; cruelty; sentience.

SUMÁRIO: 1 Introdução. 2 A prevalência do antropocentrismo nas relações sociais no modo de produção capitalista. 3 Relações técnicas de produção, crueldade e acumulação capitalista. 4 Conclusão. 5 Referências.

¹ Doutora e Mestra em Geografia, especialista em Educação em Direitos Humanos, Assistente Social. Coordenou o Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (NEDIH) da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Realizou monitoramento dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Articulou a construção do Plano Decenal Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Tocantins. Experiência em educação popular; promoção, defesa e monitoramento dos Direitos Humanos no âmbito das Organizações da Sociedade Civil.

1 Introdução

A tecnologia empregada na industrialização dos meios de produção acelera a capacidade de produzir e provoca a demanda exacerbada por matéria-prima, que são os recursos naturais. Entretanto, a demanda por matéria-prima não é evasivamente uma determinação somente da tecnologia, mas também da reprodução de um padrão global de consumo para a acumulação capitalista e do poder derivado dessa acumulação. Não é a indústria por si nem a técnica que demandam exacerbadamente matéria-prima, mas as pessoas imbuídas da ideologia do consumo. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é explanar como a crueldade contra os animais de produção converge na acumulação capitalista.

Elaborado a partir de revisão bibliográfica (desdobramento da tese intitulada *Agronegócio e a crueldade contra os animais na produção de carne bovina em Tocantins*), o artigo é constituído por cinco partes: introdução, duas seções de desenvolvimento, conclusão e referências. Na segunda seção, “A prevalência do antropocentrismo nas relações sociais no modo de produção capitalista”, há uma contextualização histórica sobre a concepção da espécie humana sobre si e sobre os animais, visibilizando a prevalência do antropocentrismo nas relações sociais de produção capitalista. Na terceira seção, “Relações técnicas de produção, crueldade e acumulação capitalista”, está a explanação mais categórica de como a crueldade contra os animais converge na cumulação de capital.

O método de apreensão e elaboração do conteúdo é o materialismo histórico-dialético. As principais referências teóricas são Marx (2017), Luxemburgo (1976) e Thomas (1988). Nesse seguimento, há o empenho em visibilizar o sentido de unidade dos seres sencientes, perante a prevalência da concepção cartesiana que fragmenta a natureza e permeia as relações sociais separando os seres humanos dos demais seres vivos que compõem os ecossistemas terrestres. Nessa separação, os seres humanos subjugam os demais seres vivos a partir da capacidade de pensar e construir tecnologia, visto que os demais seres vivos da Terra não possuem a capacidade teleológica.

Desse modo, é possível inferir que a crueldade contra os animais converge na acumulação capitalista a partir da subjugação especista tecnológica, mas não é a tecnologia evasivamente que provoca a crueldade contra os animais, mas sim a ideologia consumista perpassada pela concepção antropocêntrica. Portanto, a pesquisa sobre o sofrimento dos animais na produção de carne é relevante para promover o posicionamento ético em termos

de consideração do sofrimento dos seres vivos na produção de alimentos, visibilizar a exploração da força de trabalho na produção clandestina de carne e a necessidade de alternativas para a organização produtiva de alimentos que considere a senciência dos seres vivos e seja eficiente na erradicação da fome.

2 A prevalência do antropocentrismo nas relações sociais no modo de produção capitalista

A transição do feudalismo para o capitalismo é marcada, entre outros elementos, pela emergência da tecnologia aplicada à industrialização na agricultura. Logo, industrializar a produção de alimentos permite a produção em larga escala e a acumulação capitalista. Em consonância com Marx (2017), para que ocorra a acumulação capitalista, é indispensável que haja, no processo de produção e reprodução, um fluxo contínuo e interdependente de subordinação da força de trabalho e domínio dos recursos naturais. É exatamente a automação de máquinas para a produção em ampla escala que possibilita a ampliação dos meios de produção e a expansão do domínio da espécie humana sobre os recursos da natureza, que são matérias-primas para a acumulação capitalista. De acordo com Marx:

As condições técnicas do processo de trabalho podem ser revolucionadas de modo que, por exemplo, se antes dez trabalhadores, usando dez ferramentas de baixo valor, trabalhavam uma quantidade relativamente pequena de matéria-prima, agora apenas um trabalhador, usando uma máquina mais cara, trabalha uma quantidade de matéria-prima cem vezes maior (MARX, 2017 p. 368).

As matérias-primas são os recursos naturais, portanto, no contexto da produção de alimentos de origem animal, as matérias-primas são os animais abatidos. Desse modo, a partir das condições técnicas de produção no modo capitalista, ocorre a subjugação dos animais por meio da tecnologia, assim como prevalece, nas relações sociais de produção, o antropocentrismo como reprodução do capitalismo. Nesse sentido, este texto pretende destacar a prevalência do antropocentrismo nas relações sociais de produção como reprodução do capitalismo.

Conforme Marx (2017 p. 781), “considerando do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de

produção é simultaneamente processo de reprodução”. É possível pensar que a reprodução do capitalismo nas relações sociais é repetir o jugo especista na produção e no consumo das mercadorias e nos valores sociais em termos de conceito da espécie humana sobre si e sobre os animais.

Nesse seguimento, de acordo com Marx (2017 p. 31), “o homem é um ser social determinado pela história das relações sociais por ele próprio criadas”, isto é, as pessoas constroem o contexto em que vivem e são construídas pelas relações históricas, econômicas, culturais, sociais e especialmente pelo modo de produção a que estão submetidas a reproduzir. Ressalta-se, assim, que as pessoas não são genéricas, supra-históricas, mas sim frutos dessa construção dialética que se materializa historicamente. Sob essa ótica, a concepção antropocêntrica das pessoas sobre si é determinada por processos históricos que atendem ao interesse da subjugação dos recursos naturais para a acumulação capitalista.

Ressalta-se que, anteriormente ao predomínio da concepção antropocêntrica nas relações sociais, no Ocidente, o pensamento teocêntrico regia a compreensão humana a respeito dos acontecimentos sobre si, desde a Pré-História, perdurando durante a Idade Média e chegando até a Idade Moderna, período em que emerge o pensamento antropocêntrico. O sentido etimológico da palavra teocentrismo tem origem no grego *Theos* (Deus) e *Kentron* (centro): “[...] segundo esta concepção Deus é o centro do universo, tudo foi criado por ele, por ele é dirigido e não há outra razão além do desejo divino sobre a vontade humana (JÚNIOR; OLIVEIRA, 2020, p. 104, apud NETTO, 2009, p.39). Desse modo, na Idade Média, o entendimento hegemônico do ser humano sobre si e sobre a concepção dos sujeitos, de suas ações e de todos os acontecimentos partia de uma força divina externa, portanto, não havia a compreensão da individualidade, vontade e dignidade humanas.

Sendo Deus o centro absoluto do universo, o ser humano estava em um plano inferior de consideração em termos de necessidades individuais, uma vez que, na Idade Média, quaisquer mazelas poderiam ser justificadas pela vontade divina. Nesse sentido, “a idade moderna representou uma ruptura com as estruturas sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais da Idade Média” (SILVA, 2017, p. 1), bem como o rompimento do paradigma teocêntrico para o antropocêntrico, em que o ser humano passa a estar no

centro do universo.

Durante a Idade Moderna o homem passa a dar maior importância a si mesmo, valorizando sua condição humana e sua capacidade de intervenção na natureza. A visão teocêntrica é sobreposta pela visão antropocêntrica da realidade. Essa perspectiva de mudança é inter-relacionada com dois novos valores da sociedade moderna, o individualismo – valorização do indivíduo, e o racionalismo – valorização da razão (SILVA, 2017, p. 1, apud RUSSELL, 2004).

A emergência do antropocentrismo destaca, assim, um período de ascensão do ser humano e de valorização da importância de sua subjetividade, sentimentos, identidade e diversidade. O antropocentrismo relaciona-se a um período de abolição do ser humano em diversos âmbitos, já que o aprisionamento principal estava na própria concepção de vida teocêntrica, em que os aspectos de humanidade eram negligenciados.

A concepção de “humanismo” surge na atmosfera de ebulição do Renascimento, paralela ao nascimento da ciência moderna, instaurando a noção da dignidade humana e erigindo a realização do potencial natural do ser humano como meta intelectual (ALEKSANDROWICZ; MINAYO, 2005, p. 514).

O predomínio da espécie humana na modernidade ocasionou a subjugação utilitarista das plantas, águas, minérios e animais no modo de produção e reprodução capitalista, impactando o contexto socioeconômico atualmente. Tal subjugação antropocêntrica encontra fundamentos teológicos a partir da interpretação de relatos acerca da criação no livro de Gênesis. No trecho a seguir, pode-se entender que o ser humano é a espécie detentora das demais espécies da Terra para saciar suas necessidades.

Temam e tremam em vossa presença todos os animais da terra, todas as aves do céu, e tudo o que tem vida e movimento na terra. Em vossas mãos pus os peixes do mar. Sustentai-vos de tudo o que tem vida e movimento (GÊNESIS, IX, 2-3).

Nota-se que, “na Inglaterra dos períodos Tudor e Stuart, a visão tradicional era a de que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades” (THOMAS, 1988, p. 21). Por consequência, a industrialização da agricultura, a emergência do modo de produção capitalista e o cristianismo disseminado no Ocidente acompanham a interpretação dos relatos bíblicos sobre a criação dos seres da Terra, em que o homem é elevado à condição de

“proprietário” de todas as criaturas.

Cumpra sublinhar que o capítulo IX do Gênesis e outros trechos da Bíblia sobre a criação foram utilizados recorrentemente por reis, clérigos, filósofos, cientistas e pessoas comuns ocidentais para justificar a disposição da natureza e seus recursos – fauna, flora, minérios – como objetos utilitários à espécie humana em vivissecções e organizações produtivas de alimentos e objetos. Vale mencionar que “até mesmo quem desejava matar animais por simples prazer podia invocar, como observou Thomas Fuller em 1642, o alvará dado ao homem para dominar as criaturas [...] o cristianismo nos fornece as insígnias que permite usar esses esportes” (THOMAS, 1988, p. 27). Dessa maneira, verifica-se que existiu um período histórico em que as interpretações sobre informações contidas na Bíblia e os fundamentos da concepção antropocêntrica eram considerados “alicerces morais” teológicos para a distinção da vida dos seres humanos com autonomia superior à vida dos demais seres vivos. No entanto, vale mencionar também que se observam, no mesmo período, concepções distintas das do Ocidente e das do cristianismo antropocêntrico.

Quando viajantes começaram a trazer relatos de como as religiões orientais mantinham uma visão totalmente diferente, e como os jainas, os budistas e os hindus respeitavam as vidas dos animais, até mesmo dos insetos, a reação geral foi de desconcertado desdém (THOMAS, 1988, p. 26).

Ainda, segundo Thomas (1988), não cabe responsabilizar somente o cristianismo ocidental pelo posicionamento antropocêntrico sobre a concepção da vida humana e sobre o alcance das consequências devastadoras aos ecossistemas terrestres. Da mesma forma, não se constata, em outras culturas, modos de produção e reprodução que não sejam, de fato, antropocêntricos. Mesmo nas culturas em que os princípios religiosos consideram o percurso da vida dos animais, é possível verificar, na materialidade histórica, a prevalência do antropocentrismo.

Como notaria Karl Marx, não foi sua religião, mas o surgimento da propriedade privada e da economia monetária, o que conduziu os cristãos a explorar o mundo natural de uma forma que os judeus nunca fizeram; foi aquilo que ele chamou “a grande influência civilizadora do capital” que, finalmente, pôs fim à “deificação da natureza” [...] os antigos romanos exploravam os recursos naturais no mundo pré-cristão de modo mais eficaz que seus sucessores medievais cristãos; no período moderno, o culto da natureza não evitou a poluição industrial no Japão. Os problemas ecológicos não são exclusivos do Ocidente, pois a erosão do solo, o desmatamento e a extinção de espécies

tiveram lugar em partes do mundo onde a tradição judaico-cristã não teve qualquer influência (THOMAS, 1988, p. 29).

Cabe considerar que a luta da espécie humana pela sobrevivência é árdua e conduzida conforme a transformação de processos civilizatórios e o desenvolvimento de tecnologias que impulsionam a produção e o consumo de alimentos e objetos. Entretanto, é imprescindível refletir sobre o fato de que produzir alimentos e objetos úteis à sobrevivência humana tem sido, de certo modo, uma justificativa para subjugar a natureza por meio da tecnologia na produção em ampla escala para a acumulação capitalista, visto que as formas de organizações produtivas e sociais singularizam a espécie humana pela sua capacidade mental de construir tecnologia.

A espécie humana historicamente separa-se da natureza, diferenciando-se das demais espécies. Tal separação relaciona-se ao paradigma mecanicista da natureza de Descartes. A perspectiva cartesiana considera os organismos vivos como máquinas: os animais, na biologia mecanicista de Descartes (1630), eram tomados como máquinas desalmadas e não como seres sencientes. É oportuno explicar o seguinte:

Tratava-se da tese de que os animais são meras máquinas ou autômatos, tal como os relógios, capazes de comportamento complexo, mas completamente incapazes de falar, raciocinar, ou segundo algumas interpretações, até mesmo de sensações. Para Descartes, o corpo humano também é um autômato; afinal, ele desempenha várias funções inconscientes, como a digestão. Mas a diferença está em que no seio da máquina humana há a mente e, portanto, uma alma separada, enquanto os seres brutos são autômatos desprovidos de almas ou mentes. Só o homem combina, ao mesmo tempo, matéria e intelecto. (THOMAS, 1988, p. 39).

As interpretações teocêntrica e antropocêntrica, quando compreendem a espécie humana como único ser possuidor de alma, corroboram o usufruto dos recursos naturais para o bem-estar da espécie humana, livre do sentimento de culpa, empatia ou responsabilidade pelas vidas dos seres. Sendo assim, a evolução do pensamento humano, a respeito de si e dos animais, passa por diferentes estágios de compreensão interligando os diversos âmbitos: o das relações sociais de produção; o das relações técnicas de produção (que será mais bem desenvolvido na próxima seção); e o da construção do conhecimento científico.

Nos séculos XVI e XVIII, “A noção de um universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção do mundo como uma máquina, e a máquina do mundo tornou-se a metáfora dominante da era moderna” (CAPRA, 1999, p. 24). Assim, é possível verificar estudos científicos, de perspectiva cartesiana, que objetificam os animais, embora haja também constatações científicas que visibilizam os sentimentos dos animais. No livro *A expressão das emoções no homem e nos animais*, publicado por Charles Darwin (1872), o autor organiza os três princípios fundamentais (1 - expressões e gestos involuntários; 2 - expressões e gestos sob a influência de emoções e sensações; 3 - maioria das expressões e gestos involuntários) responsáveis pela maioria das expressões e gestos involuntários nas pessoas e nos animais, sob a influência das mais variadas emoções e sensações.

Importa notar que, em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 2021-2024), constatou-se que há um volume muito maior de trabalhos científicos com a utilização dos conceitos de território (30.723 dissertações e teses) e agronegócio (6.617 dissertações e teses) nas diversas áreas do conhecimento, comparado ao número de trabalhos que se valem de conceitos, por exemplo, de senciência (47 dissertações e teses) e de biocentrismo (95 dissertações e teses).

A discrepância acentuada nos números remete a diversas discussões, entretanto, pretende-se destacar, neste contexto, somente que atualmente há “pouca” recorrência da construção de conhecimento científico crítico a respeito da subjugação dos animais e do sentido de unidade dos seres sencientes. Pondera-se, sobre a prevalência do antropocentrismo na construção de conhecimento científico, que há predomínio do cartesianismo.

René Descartes criou o método do pensamento analítico, que consiste em quebrar fenômenos complexos em pedaços a fim de compreender o comportamento do todo a partir das propriedades das suas partes. Descartes baseou sua concepção da natureza na divisão fundamental de dois domínios independentes e separados — o da mente e o da matéria. O universo material, incluindo os organismos vivos, era uma máquina para Descartes, e poderia, em princípio, ser entendido completamente analisando-o em termos de suas menores partes (CAPRA, 1999, p. 24 e 25).

É oportuno explicar que, embora o pensamento analítico seja reducionista, cabe arrazoar a importância do cartesianismo, considerando o processo de evolução mental dos

seres humanos sobre a compreensão de si e dos animais. De acordo com Capra (1999, p. 25), “à luz da nova ciência da química, os modelos mecânicos simplistas de organismos vivos foram, em grande medida, abandonados, mas a essência da ideia cartesiana sobreviveu”. Portanto, o pensamento analítico e a concepção antropocêntrica prevalecem na construção do conhecimento científico, de certo modo, “ancorados” no cartesianismo.

O reconhecimento de que os animais não são seres inanimados possibilita a reflexão acerca da existência da alma nos seres sencientes, que supera a ideia cartesiana de que os animais são seres autômatos e inanimados. Desse modo, a possibilidade da existência da alma nos seres sencientes torna-se crucial para o rompimento do cartesianismo antropocêntrico. Nesse seguimento:

Desde Pitágoras, Sêneca e Porfírio [...] tem sido dito que a condição de todo ser vivo é sua liga ou vínculo indissociável à “teia da vida”. Em Pitágoras reconheceu, pela primeira vez na história da filosofia ocidental, “o parentesco de todos os homens [...] com todos os seres vivos”. À tese do *continuum* vivo, o autor acrescenta a da justiça natural, traduzida na afirmação de que “o homem e todo o ser vivo estão enraizados num *mundo* que, longe de ser o apanágio de alguns é dado a todos” *igualmente*. A tese do enraizamento da vida num único ser voltou a ser defendida na metade do século XX, por Aldo Leopold. Com o conceito de *comunidade biótica*, Leopold designa a natureza interdependente do conjunto dos seres vivos que habitam o planeta terra [...] Pitágoras afirma que com a morte do corpo biológico tudo o que não é matéria perecível migra para outra forma de expressão da vida. Ao perderem seu corpo, com a morte, as *almas* de todos os seres vivos incarnam em novas vidas, humanas e não- humanas (FELIPE, 2009, p. 3, 4, 5).

Pondera-se que, apesar de contemporaneamente, nas universidades, a construção de conhecimento científico sobre a senciência dos seres vivos em contraponto à concepção mecanicista seja, de certo modo “parca”, existem análises de pensadores clássicos, como Humboldt (1845), Darwin (1859) e Marx (1867), cujas reflexões, embora não concordantes em todos os aspectos, apontam para ideias que remetem à unidade dos seres vivos e também à interdependência dos acontecimentos nos âmbitos político, econômico, cultural e social. Portanto, mesmo prevalecendo o cartesianismo antropocêntrico na construção do conhecimento científico, também há, nesse contexto, empenho em confirmar que todos os seres – fauna, flora, água, minério, espécie humana e atitudes interligadas – compõem um só organismo vivo.

Na obra mestra de Humboldt, intitulada *Cosmos* (1845), o autor utiliza o sentido da

palavra Kósmos como um apoio para “condensar céu e terra”. Isso porque Kósmos é uma palavra de origem grega, aplicada na interpretação do universo como sistema organizado. Sendo assim, de acordo com Wulf (2016), “em 1834 Humboldt queria escrever um livro que reunisse tudo que existia nos céus e na terra, uma gama de coisas que variava das nebulosas distantes à geografia dos musgos, da pintura de paisagens à migração das raças humanas à poesia” (WULF, 2016, p. 18). A obra remete à ideia de que a existência dos seres ocorre de modo interdependente. Nessa sequência, segundo Wulf (2016), de Charles Darwin, apoiado nas reflexões de Humboldt, emerge a seguinte contribuição:

É interessante contemplar um barranco emaranhado, revestido com muitas plantas de diversos tipos, com pássaros cantando nos arbustos, com vários insetos voejando ao redor e com minhocas rastejando pela terra úmida, e refletir que essas formas primorosamente construídas, tão diferentes umas das outras e dependentes entre si de maneira tão complexa, foram todas produzidas por leis que agem ao nosso redor (WULF, 2016, p. 16 e 17).

A compreensão do sentido de interdependência da vida e o reconhecimento dos sentimentos e emoções nos seres que não são humanos contam com análises de pensadores clássicos. Cabe lembrar a *Origem das Espécies*, de Darwin (1859), com a teoria de que todos os seres vivos descendem de um ancestral comum, teoria que, naquele momento, foi considerada uma revolução e que, na contemporaneidade, fundamenta desdobramentos a respeito da senciência animal e da interdependência da vida dos seres na Terra. Nota-se também a interdependência (interdisciplinaridade) entre as diversas áreas do conhecimento para a emergência de estudos sobre a senciência e o sentido de unidade dos seres vivos.

Uma vez que Cosmos contemplava uma ampla gama de temas, a pesquisa de Humboldt passava por todas as áreas concebíveis. Consciente de que não tinha como saber sobre tudo, Humboldt recrutou um exército de ajudantes – cientistas, classicistas e historiadores – todos especialistas em seus respectivos campos de atuação. De bom grado, botânicos britânicos enviavam a Humboldt longas listas de plantas dos países que visitavam, astrônomos disponibilizavam seus dados, geólogos forneciam mapas e classicistas consultavam textos antigos para Humboldt. Seus velhos contatos na França mostraram ser muito úteis também (WULF, 2016, p. 18 e 19).

Há séculos o rompimento com o antropocentrismo, que almeja uma concepção de vida com sentido de unidade dos seres sencientes, está nas reflexões de pensadores e nas atitudes contraculturais da sociedade. Nesse seguimento, além da interdependência das

vidas dos seres sencientes, também há evidência de interdependência dos fatos que constituem a realidade no âmbito das relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Destaca-se que Marx (2017), em sua contribuição com a crítica à economia política, ensina que a construção dos sujeitos e o meio em que vivem ocorrem a partir do movimento dialético e materializam-se historicamente. No prefácio de *O capital I*, Jacob Gorender ressalta que “Marx intuiu que essa dialética devia ser o princípio dinâmico do materialismo, o que viria a resultar na concepção revolucionária do materialismo como filosofia da prática” (MARX, 2017, p. 23). Desse modo, para Marx (2017), a materialidade histórico-dialética é constituída da subjetividade de cada pessoa concomitantemente às suas experiências externas a si, sendo que, por meio do movimento dialético, cada pessoa constrói o ambiente em que vive e também é fruto desse mesmo contexto.

Cabe inferir que a construção da realidade (sujeitos e contexto) ocorre de maneira interdependente, logo, as consequências do comportamento antropocêntrico nas relações sociais permanecem na materialidade histórica e são resultado de uma construção coletiva dos seres da espécie humana, sendo, então, possível a mudança do paradigma antropocêntrico na reprodução capitalista, isso porque se trata de uma questão de evolução da concepção dos seres humanos sobre si e sobre os seres sencientes nas relações sociais.

Ao se analisar o processo de evolução da concepção humana sobre si e sobre os animais, desde o teocentrismo, passando pelo antropocentrismo até a concepção do sentido de unidade dos seres, é possível refletir que os seres humanos precisaram primeiramente alcançar consciência sobre si, superando o teocentrismo, para, posteriormente, reconhecerem a existência da senciência dos demais seres vivos da Terra. Ou seja, a espécie humana primeiro precisa abolir a si própria (do teocentrismo para o antropocentrismo) para depois entender a importância de abolir os demais seres vivos, isso pela evidência da conexão e pelas consequências de negligenciar a interdependência da vida dos seres.

3 Relações técnicas de produção, crueldade e acumulação capitalista

Ampliar a produção de alimentos de origem animal requer a industrialização da produção com base tecnológica. Ou seja, a ciência aplicada à tecnologia para o uso ampliado dos meios de produção, de modo que a automação de máquinas possibilite a produção em

ampla escala. Neste item, há explanação de como a crueldade com os animais de produção, subjugados por meio da tecnologia, converge para a acumulação capitalista. Tendo em vista, por exemplo, a lógica argumentativa dos animais bovinos como matéria-prima para produção de carne e também como mercadoria com valor de troca:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão (MARX, 2017, p. 158).

As mercadorias são os objetos e os alimentos fabricados para atender às necessidades humanas. Conforme Marx (2017), as mercadorias intrinsicamente possuem “valor de uso” e também podem ser constituídas como “valor de troca”. O valor de troca de uma mercadoria é atribuído pelo investimento dispensado em sua produção, como a força de trabalho. No caso de animais vivos – na forma de mercadoria –, os produtores de gado de corte vão atribuindo valor de troca durante a vida produtiva dos animais, por meio da cria, recria e engorda, por meio de cuidados veterinários para a saúde, inspeções sanitárias do governo; investimentos que são convertidos em valor de troca.

Assim os animais de produção são mercadorias vendidas com finalidade de abate para serem matérias-primas na produção de outra mercadoria, que é a carne.

É verdade que o dinheiro e a produção de dinheiro, assim como a troca e a produção de mercadorias, são muito mais antigos que a forma de produção capitalista. Mas somente nessa última a circulação de dinheiro se converteu na forma geral da circulação social e com isso em elemento básico do processo de reprodução social (LUXEMBURGO, 1976, p. 73 e 74).

Nesse contexto é imprescindível explicar que o processo de produção no modo capitalista conta com relações técnicas de produção e relações sociais de produção para a transformação de matérias-primas em mercadorias. As relações técnicas são as relações entre as pessoas e a natureza para a transformação em produtos.

O processo da produção é, em todos os graus da evolução social, uma unidade formada por dois elementos distintos, embora intimamente relacionados: **as condições técnicas e as sociais, isto é, da relação dos homens com a natureza e das relações dos homens entre si**. A reprodução depende em igual grau de ambos os fatores (LUXEMBURGO, 1976, p. 12, grifo nosso).

Desse modo, as relações técnicas ocorrem numa perspectiva de subjugação

tecnológica especista e as relações sociais, numa perspectiva de prevalência do antropocentrismo. A subjugação especista nas relações técnicas de produção acontece por meio da tecnologia, fundamentada na concepção da espécie humana como racional e, portanto, supostamente detentora das capacidades mentais de dominar as demais espécies de vida.

Nas relações técnicas de produção, que correspondem à relação entre o homem e a natureza, cuja intermediação ocorre por meio do conhecimento científico, a espécie humana domina pela racionalidade. Ressalta-se que “o controle deste conjunto de sistemas pelo capital, denominado de agronegócio, também tem dominado os processos de construção de conhecimento, de tecnologias e políticas agrícolas” (Fernandes; Welch, 2008, p. 165 e 166). A subjugação pelo saber acontece para a apropriação, por parte da espécie humana, dos recursos naturais no processo de trabalho e transformação em valor de uso.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condiçãoada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem (MARX, 2017, p. 159).

Em Marx (2017), a força de trabalho significa energia humana empregada no processo de trabalho. E recursos naturais são: “todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra” (MARX, 2017 p.256). Assim sendo, o processo de produção no modo capitalista é, antes de tudo, uma relação de subjugação entre o homem e a natureza; há a exploração da força de trabalho das pessoas e a dominação de recursos naturais. Ressalta-se que o recurso natural é matéria-prima no processo de produção de mercadoria e, por vezes, essas matérias-primas são seres vivos e sencientes.

Os recursos naturais fazem parte dos elementos do processo de trabalho. Em consonância com Marx (2017), considera-se que, no âmbito dos recursos naturais, há a matéria bruta e a matéria-prima. A matéria bruta se refere aos recursos naturais da maneira como estão dispostos na natureza – deles, o trabalho apenas se apropria –, por exemplo, os rios em correnteza, a floresta em pé e as jazidas minerais. A matéria-prima, por sua vez, se refere aos recursos naturais, mas não em seu estado natural: a árvore já cortada, a água já represada, o minério já extraído. De acordo com Marx (2017, p. 315), “para que alguém

possa vender mercadorias diferentes de sua força de trabalho, ele tem de possuir, evidentemente, meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. Ele não pode fabricar botas sem couro”. Do mesmo modo, não é possível fabricar carne sem gado abatido.

Quanto maior o investimento em ciência e tecnologia para a automação de maquinários, maior será o uso ampliado dos meios de produção, e maior será a circulação de mercadorias. Sendo assim, quanto maior for a capacidade tecnológica nos empreendimentos do agronegócio na produção de carne na cadeia formal, maior será a necessidade de matéria-prima, ou seja, quanto maior for a capacidade de abate diário em plantas frigoríficas, maiores serão a demanda e a busca por animais vivos para o abate. E, por conseguinte, maior será a densidade de animais vivos no trânsito, confinados, mutilados, com hematomas, ferimentos, ossos quebrados, em sofrimento e abatidos.

Nesse contexto, a crueldade com os animais acontece principalmente em decorrência da demanda exacerbada por matéria-prima possibilitada pela ampliação dos meios de produção, sendo assim, essa crueldade com os animais culmina na acumulação capitalista. Conforme Marx (2017, p. 800), “concretamente considerada, a acumulação não é mais do que a reprodução do capital em escala progressiva”. Escala progressiva na acumulação capitalista evidencia que, quanto mais possuidor da automação que amplia os meios de produção, mais o capitalista poderá acumular.

Inevitavelmente “toda e qualquer produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no quadro e por intermédio de uma forma de sociedade determinada” (MARX, 2017, p. 205). O problema da subjugação tecnológica especista marca-se, então, pela apropriação dos recursos da natureza numa perspectiva de dominação – a espécie humana como proprietária de todas as demais espécies de vida – e não apenas pela satisfação das necessidades vitais, isso porque a finalidade central da industrialização no processo de produção capitalista não é a de saciar as necessidades de manutenção da vida das pessoas, mas sim a de acumulação capitalista.

O saber científico produz tecnologia, elabora modernos equipamentos que possibilitam a produção em ampla escala, o que viabiliza de modo acentuado a sobreposição especista, visto que, por meio da tecnologia, é possível impor controle ao tempo da colheita

e aumentar a proporção da produção: na monocultura, na pecuária, nas granjas, nas indústrias de laticínios, nos frigoríficos. Nos empreendimentos do agronegócio de produção de alimentos de origem animal, por exemplo, há manutenção do cativeiro de animais, retirando-os de suas condições naturais de reprodução de suas próprias vidas, mantendo-os em condições de superlotação ou em contato com equipamentos automáticos de extração constante de seus derivados, como leite e ovos. Nesse cenário, vale a pena ressaltar a indiferença quanto à dor dos animais, que, diferentemente da classe trabalhadora da espécie humana, não podem reunir-se e impor um limite político.

A dominação especista por meio do saber científico, possibilitado pelo emprego da tecnologia, está nos diversos empreendimentos do agronegócio e interfere na vida dos seres sencientes e nos recursos naturais necessários à prevalência da vida, como no curso das águas, por intermédio de barragens e de usinas hidrelétricas. Repara-se que, nesse contexto, a água é matéria-prima para produção de energia, mas também é essencial à vida de diversas espécies. As consequências de usinas hidroelétricas, mineradoras, monoculturas e pecuária comercial não cessam na apropriação imediata dos recursos naturais essenciais à vida, haja vista os desastres e as tragédias, por exemplo, rompimentos de barragens, aquecimento global, escassez de água potável e insegurança alimentar.

Ademais, a subjugação especista intrínseca às relações técnicas de produção no modo capitalista é insustentável. Basta observar a discrepância entre o empenho tecnológico para acumular capital e a condição limitada dos recursos naturais. Embora as matérias-primas sejam objetos sobre os quais se trabalha, elas podem ser extintas. Nesse sentido, é importante estar ciente de que a prevalência da acumulação capitalista está na reprodução desse modo de produção e consumo.

Reprodução, no sentido literal da palavra, é simplesmente produção nova, repetição, renovação do processo de produção. E, à primeira vista, parece que não se vê a necessidade de distinguir o conceito de reprodução do conceito de produção, para todos compreensível, nem porque se deve empregar para designá-lo uma expressão especial. Mas, justamente, a repetição, a renovação constante do processo de produção é que comporta um elemento especial, muito importante. Em primeiro lugar, a repetição regular da produção é a base e a condição geral do consumo regular e, portanto, da existência cultural da sociedade humana em todas as suas formas históricas (LUXEMBURGO, 1976, p. 11).

Portanto, o consumo regular das mercadorias garante a reprodução do capitalismo.

Os valores especistas e antropocêntricos e a crueldade contra os animais nas relações técnicas de produção são reproduzidos no consumo dos produtos advindos de matérias-primas, como a carne, e convergem para a acumulação capitalista.

4 Conclusão

Nas reflexões em torno do problema de pesquisa sobre como a crueldade contra os animais converge na acumulação capitalista, *a priori* considerou-se a hipótese de que a sevícia e a acumulação capitalista estão relacionadas à produção em ampla escala, proporcionada pela tecnologia aplicada na ampliação dos meios de produção. Entretanto, o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica no âmbito das relações técnicas e relações sociais de produção evidenciou que, nas relações sociais de produção, há a ideologia consumista e o padrão de consumo, no contexto da agropecuária hegemônica global.

Nesse sentido, as prevalências do antropocentrismo e da subjugação especista tecnológica ocorrem a partir da capacidade de raciocinar dos seres humanos. Sendo os animais sencientes, mas não sapientes, os seres humanos os dominam pela capacidade de pensar, projetar, falar e trabalhar com as mãos. Contudo, é necessário refletir sobre a capacidade humana de raciocinar, para criticar a prevalência da subjugação de seres vivos capazes de sofrer, pois as capacidades de pensar e construir inteligência criadora como a tecnologia devem ser empregadas ao bem comum de todos os seres vivos, e não para a subjugação cruel de seres sencientes.

Cabe ponderar que o emprego da tecnologia não é a causadora da crueldade por si só. Ressalta-se também o comportamento antropocêntrico. Portanto, esse mesmo empenho em empregar ciência na tecnologia para a ampliação da produção pode ser canalizado para proporcionar o bem-estar de todos os seres vivos. Constata-se que a subjugação tecnológica é permeada pela padronização do consumo. Sendo assim, é necessário construir alternativas à produção de alimentos em contraponto à agropecuária hegemônica global.

Desse modo, são imprescindíveis reflexões, análises científicas e debates para a formação política a respeito da subjugação antropocêntrica ocasionada na produção de alimentos. É necessário visibilizar a crueldade contra os animais na produção em ampla

escala e, assim, despertar a consciência dos seres humanos em considerar a capacidade de sofrer dos seres sencientes, forjando, assim, uma sociedade que não aceite a prevalência da produção de alimentos nessa organização produtiva, em que o sentido da produção é a acumulação capitalista e não a erradicação da fome.

5 Referências

ALEKSANDROWICZ, Ana Maria C.; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ora os nomes estão abreviados, ora estão por extenso. Humanismo, liberdade e necessidade: compreensão dos hiatos cognitivos entre ciências da natureza e ética. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 513-526, set. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MfpGcsN7YyRZ8Q3gF8q8yBM/abstract/?lang=pt#> acessado em: 22 de novembro de 2022.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1999.

DARWIN, Charles. **A expressão das emoções no homem e nos animais**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

FELIPE, Sônia T. Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: Perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não- humanos. **Revista Páginas de Filosofia**. [s.l.], v. 1, n. 1, jan-jul/2009. Disponível em: <https://defensoresdosanimais.wordpress.com/publicacoes/artigos/antropocentrismo-sencientismo-e-biocentrismo/> Acessado em: 04/02/2024.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política - livro I: o processo de produção do capital**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

SILVA, T. T. de A. Direito animal e pós-humanismo: formação e autonomia de um saber pós-humanista. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 8, n. 14, p. 161-259, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/9144>. Acesso em: 24 jun. 2022.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt** - 1.ed. - São Paulo: Planeta, 2016.

Como citar:

SOUZA, Luzia de Kassia Rocha de. A subjugação dos animais nas relações sociais e nas relações técnicas de produção no modo capitalista. **Revista Brasileira de Direito Animal – Brazilian Animal Rights Journal**, Salvador, v. 20, p. 1-17, jan./dez 2025. DOI: (endereço do DOI desse artigo). Disponível em: www.rbda.ufba.br.

Originais recebido em: 26/11/2024.

Texto aprovado em: 12/12/2024.